## Professores continuam na luta contra a bagunça na rede estadual de ensino

## Nova assembleia e ato público serão realizados no dia 10/11 no Palácio dos Bandeirantes

Cerca de 40 mil professores reunidos em assembleia no vão-livre do MASP (avenida Paulista) aprovaram continuar em estado de greve e um amplo calendário de mobilização – leia abaixo – contra a bagunça na rede e a proposta de Plano Estadual de Educação (PEE) do Governo Estadual. A próxima assembleia acontecerá no dia 10 de novembro (terça-feira) no Palácio dos Bandeirantes, seguida de um grande ato público coordenado pelo Grito pela Educação Pública de Qualidade no Estado de São Paulo, com a participação de pais, alunos, dos movimentos de moradia e demais movimentos sociais.

Na quarta-feira, 28, e na manhã da quinta-feira, o governo divulgou, respectivamente, o nome das 94 escolas que serão fechadas e de 752 escolas que serão "reorganizadas" para transformarem-se em "escolas de ciclo único".

O número de escolas fechadas e reorganizadas é muito grande e provocará, como vimos insistindo, uma grande bagunça na rede, prejudicando alunos, funcionários e professores. De acordo com a Secretaria da Educação, 1.464 escolas, em 162 municípios, serão atingidas diretamente pela "reorganização" da rede estadual de ensino — na verdade, uma grande bagunça na rede, pois, neste primeiro momento, as medidas do governo atingirão ao menos 340 mil alunos e 74 mil professores (cerca de 30% do total de docentes da rede). Entretanto, é preciso considerar que a mobilização de professores, estudantes e pais provocou alterações nos planos iniciais da Secretaria da Educação, o que demonstra que a luta unitária de todos os segmentos é capaz de derrotar este Governo autoritário e inimigo da educação pública.

Esta "reorganização" provocará o "efeito cascata", ou seja, o fechamento de uma unidade ou sua reestruturação repercutirá nas demais escolas da região, com a superlotação de salas de aula, alteração na vida do professor e até mesmo demissões. Os professores transferidos de escolas fechadas ou reorganizadas para outras unidades disputarão as aulas com os professores da nova escola, deslocando aqueles com menor pontuação. Além disso, professores efetivos que não encontrarem aulas na nova unidade poderão ser transferidos para escolas mais distantes ou ficarem adidos, ou seja, "encostados"; os professores estáveis (categoria F) também serão muito afetados, pois poderão ficar com "horas de permanência"

(ou seja, sem aulas atribuídas). Para se ter uma ideia, se um professor PEB II que tem jornada de 40 horas, cujo piso é de R\$ 2.415,89, ficar adido, se efetivo, ou com "horas de permanência", se estáveis (categoria F), receberão piso de R\$ 724,71. Para o PEB I, o piso de 30 horas é de R\$ 1.565,00; de 12 horas, R\$ 622,00. Ou seja, os professores nesta situação receberão menos que o salário-mínimo em vigor. Sem contar o professor da categoria O, que poderá ficar desempregado.

Desde o primeiro momento em que o Secretário da Educação anunciou a chamada "reorganização" da rede estadual de ensino do estado, a APEOESP mobilizou-se e, junto com professores, alunos e pais fomos para as ruas. Nossa mobilização deve continuar nas ruas, praças e diretorias de ensino — com panfletagem e uso de carro de som —, para dizer ao governador: "Nenhuma escola fechada; exigimos no máximo 25 alunos por sala de aula". Para tanto, a assembleia aprovou o seguinte **calendário de mobilização**:

**Dia 5 de novembro:** Organizar nas escolas aulas sobre a proposta de "reorganização" da rede pública. Para isto, utilizar a cartilha que trata sobre o assunto, já encaminhada às subsedes e disponível no portal da APEOESP (www.apeoesp.org.br).

Dia 6 de novembro: atividades nas Diretorias de Ensino.

**Dia 10 de novembro:** Assembleia estadual, com paralisação, no Palácio dos Bandeirantes. Concentração às 12 horas nas proximidades do Estádio do Morumbi; em seguida à assembleia, ato público com as entidades da sociedade civil, sindicatos e movimentos por moradia.

**Dia 14 de novembro:** antes mesmo da abertura das escolas, os professores devem estar presente para dialogar com os pais e explicar a "reorganização" da rede pública de ensino, com carta-aberta específica para este fim.

Vigília permanente na Alesp, com rodízio de subsedes, durante votação do Plano Estadual de Educação, com obstrução para impedir a aprovação da proposta do Governo Estadual.

Campanha contra a lei do Governo Estadual que desvia os recursos dos royalties do pré-sal da educação pública para a SPPREV. A APEOESP ingressará com ação judicial solicitando a adesão de outras entidades e realizará uma campanha sob o slogan "Os royalties do pré-sal no estado de São Paulo são para a qualidade da educação pública".

## Grito pela Educação Pública de Qualidade reúne 100 mil participantes

Logo após o encerramento da assembleia estadual, aconteceu o lançamento do Grito pela Educação Pública de Qualidade no Estado de São Paulo, que será um movimento permanente.

A manifestação reuniu 100 mil pessoas, envolvendo entidades como CUT, CTB, FUP (Federação Única dos Petroleiros), Afuse, Sindipetro-SP, Sinpeem, Sinteframo, UEE, UPES, UMES, MTST, MST, União dos Movimentos de Moradia, Central de Movimentos Populares e outras.

Os manifestantes realizaram uma passeata, seguindo pela Rua da Consolação, encerrando com um ato na Praça da República.

## **Boicote ao SARESP**

A assembleia dos professores aprovou o boicote à aplicação da prova do SARESP´(Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar no Estado de São Paulo), ainda sem data para ocorrer, em protesto contra a bagunça que o Governo está fazendo na rede estadual de ensino. Entidades estudantis também afirmam que vão orientar os estudantes a não participarem das provas.